**QUESTÃO 1**

Em fevereiro de 2019, a Câmara Federal suspendeu os efeitos do Decreto n. 9.690/2019, que atribuía a determinadas autoridades, inclusive às ocupantes de cargos comissionados, a competência para classificação de informações públicas nos graus de sigilo ultrassecreto ou secreto.

a) Qual o princípio constitucional da administração pública violado pelo decreto comentado?
b) Qual a função dos decretos no sistema jurídico brasileiro? Como eles se relacionam com o princípio da legalidade e com a separação de poderes?

**QUESTÃO 2**

*A administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornem ilegais, porque deles não se originam direitos, ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial.* (Súmula 473 do STF)

a) A qual dos princípios implícitos da administração pública se refere a Súmula 473 do STF?
b) Fazendo uma leitura compatível com a Constituição Federal de 1988, quais as diferenças entre anulação e revogação dos atos administrativos?